

ATA NÚMERO 164/XII/2.^a SL

Aos 27 dias do mês de março de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.^a (GOV) – Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.
2. Apreciação e votação da ata n.º 162, referente à reunião de 20 de março.
3. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 127/XII/2.^a (GOV) – Procede à sexta alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.
4. Apreciação e votação do parecer aos Projetos de Lei n.º 352/XII/2.^a (BE) – Repõe a taxa do IVA na eletricidade e no gás natural a 6% e n.º 381/XII/2.^a (PEV) – Revoga a Lei n.º 51-A/2011, de 30 de setembro, rejeitando que a eletricidade e o gás natural estejam sujeitos à taxa máxima de IVA, recolocando-os na lista I anexa ao Código do IVA, à taxa reduzida.
Autor do parecer: Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).
5. Distribuição do Projeto de Lei n.º 378/XII/2.^a (BE) – Introduce o regime facultativo de contabilidade de caixa do IVA para as micro e pequenas empresas.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.
6. Distribuição do Projeto de Lei n.º 380/XII/2.^a (BE) – Cria uma taxa travão para acabar com as taxas de juro abusivas praticadas pelos bancos.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
7. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2012.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

8. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, à Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à proteção penal do euro e de outras moedas contra a contrafação e que substitui a Decisão-Quadro 2000/383/JAI do Conselho e à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às informações que acompanham as transferências de fundos [COM(2013)42, 44 e 45].
Relatora: Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP).
9. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Diretiva do Conselho que aplica uma cooperação reforçada no domínio do imposto sobre as transações financeiras [COM(2013)71].
Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).
10. Apreciação das cartas remetidas pela Comissão Europeia em resposta a iniciativas europeias escrutinadas pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.
11. Distribuição de iniciativas europeias.
12. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas a um grupo de trabalhadores em licença extraordinária e a organizações representativas dos trabalhadores da Carris.
13. Outros assuntos.

1. Audição do Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.ª (GOV) – Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos recordando as diversas audições já realizadas em sede da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 121/XII/2.ª \(GOV\)](#), e da subsequente deliberação da Comissão de ouvir, entre outros, os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, após o que deu as boas vindas ao Senhor Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, igualmente com a tutela das finanças regionais.

O Senhor Vice-Presidente efetuou uma breve intervenção inicial, na qual recordou a concordância, na generalidade, com grande parte do teor do articulado da proposta de lei, e a divergência quanto a dois artigos, envolvendo o diferencial fiscal e a participação variável no IRS a favor das autarquias locais das regiões autónomas.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção inicial do Senhor Vice-Presidente e abriu, de seguida, o debate, na qual usaram da palavra os Senhores Deputados Ricardo Rodrigues e Jacinto Serrão (PS), Cristóvão Crespo (PSD) e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo o Senhor Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores respondido, em conjunto, às questões colocadas.

O Senhor Presidente da COFAP agradeceu as informações e esclarecimentos prestados pelo Senhor Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores. A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata. A gravação e outras informações podem ser consultadas no [portal internet](#) da Comissão.

2. Apreciação e votação da ata n.º 162, referente à reunião de 20 de março.

A [ata n.º 162](#), referente à reunião de 20 de março, foi aprovada por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

3. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 127/XII/2.ª (GOV) – Procede à sexta alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) propôs que fossem ouvidos em audição o Banco de Portugal e a Associação Portuguesa de Bancos, em sede de apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 127/XII/2.ª \(GOV\)](#), na sequência dos recentes acontecimentos em Chipre e o seu possível impacto quanto às matérias constantes da iniciativa legislativa. As propostas foram consensualmente aceites pela Comissão.

4. Apreciação e votação do parecer aos Projetos de Lei n.º 352/XII/2.ª (BE) – Repõe a taxa do IVA na eletricidade e no gás natural a 6% e n.º 381/XII/2.ª (PEV) – Revoga a Lei n.º 51-A/2011, de 30 de setembro, rejeitando que a eletricidade e o gás natural estejam sujeitos à taxa máxima de IVA, recolocando-os na lista I anexa ao Código do IVA, à taxa reduzida.

Autor do parecer: Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) solicitou o adiamento do presente ponto da ordem do dia para a reunião seguinte da Comissão.

5. Distribuição do Projeto de Lei n.º 378/XII/2.ª (BE) – Introduz o regime facultativo de contabilidade de caixa do IVA para as micro e pequenas empresas.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP informou que indicaria, posteriormente, o(a) autor(a) do parecer.

6. Distribuição do Projeto de Lei n.º 380/XII/2.ª (BE) – Cria uma taxa travão para acabar com as taxas de juro abusivas praticadas pelos bancos.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.

O Grupo Parlamentar do PS indicou o Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS) como autor do parecer da Comissão ao [Projeto de Lei n.º 380/XII/2.ª \(BE\)](#).

7. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2012.

A Comissão deliberou prolongar o período de reflexão quanto às auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas.

8. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, à Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à proteção penal do euro e de outras moedas contra a contrafação e que substitui a Decisão-Quadro 2000/383/JAI do Conselho e à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às informações que acompanham as transferências de fundos [COM(2013)42, 44 e 45].

Relatora: Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP)

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) apresentou o relatório efetuado a um conjunto de três iniciativas europeias: uma [Proposta de Diretiva](#) relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, uma [Proposta de Diretiva](#) relativa à proteção penal do euro e de outras moedas contra a contrafação e uma [Proposta de Regulamento](#) relativo às informações que acompanham as transferências de fundos, tendo sido saudada pelos Grupos Parlamentares, após o que o relatório foi votado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

9. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Diretiva do Conselho que aplica uma cooperação reforçada no domínio do imposto sobre as transações financeiras [COM(2013)71].

Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) apresentou o relatório à [Proposta de Diretiva](#) que aplica uma cooperação reforçada no domínio do imposto sobre as transações financeiras, recordando a [Proposta de Decisão](#) anterior sobre esta matéria, que havia sido escrutinada com urgência pela COFAP, sem conclusão de escrutínio na Comissão competente que, quanto às audições realizadas sobre a matéria, convidara a COFAP extemporaneamente. De seguida, deu conta das principais questões suscitadas no relatório e as conclusões dele constantes.

O Senhor Deputado Honório Novo (PCP) solicitou, face às questões suscitadas, o adiamento da votação do relatório, o que mereceu a anuência da Comissão, tendo o Senhor Presidente recordado que, em prol do bom relacionamento institucional entre Comissões, em devido tempo dera conta ao seu homólogo da Comissão competente em matéria de escrutínio de iniciativas europeias quanto ao desconforto da COFAP sobre o sucedido.

10. Apreciação das cartas remetidas pela Comissão Europeia em resposta a iniciativas europeias escrutinadas pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

O Senhor Presidente solicitou, em particular aos Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD) e João Galamba (PS), relatores das iniciativas que haviam merecido a resposta da Comissão Europeia, a reflexão sobre os argumentos aduzidos nas missivas, com vista a deliberar quanto à resposta a dar (ou não) às mesmas.

11. Distribuição de iniciativas europeias.

Analisado o quadro de iniciativas europeias remetidas à Comissão, foi deliberado tomar conhecimento das mesmas.

12. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas a um grupo de trabalhadores em licença extraordinária e a organizações representativas dos trabalhadores da Carris.

O Senhor Vice-Presidente começou por dar conta da audiência concedida a um conjunto de funcionários públicos atualmente em licença extraordinária, e as questões por estes suscitadas quanto ao corte de 50% da subvenção auferida, determinado pela Lei do Orçamento do Estado para 2013, propondo que fosse colocado um conjunto de questões ao Governo sobre a matéria. De seguida, transmitiu as preocupações que haviam sido manifestadas, em sede de



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

outra audiência, por um conjunto de estruturas representativas dos trabalhadores da CARRIS, propondo que as mesmas fossem transmitidas ao membro do Governo competente na matéria. Ambas as propostas foram consensualmente acolhidas pela Comissão.

13. Outros assuntos.

Não foram suscitados outros assuntos.

A reunião foi encerrada pelas 11:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de março de 2013

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Medina
Fernando Virgílio Macedo
Honório Novo
Isabel Santos
João Galamba
Nuno Reis
Paulo Batista Santos
Pedro Jesus Marques
Sónia Fertuzinhos
Carlos Silva e Sousa
Jorge Paulo Oliveira
Lídia Bulcão
Michael Seufert
Nuno Serra
Ricardo Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Pedro Filipe Soares